



## Notas Curtas: Partido Militar quer Joaquim Barbosa como candidato a presidente

O nome do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, está entre os mais cotados para ser o candidato a presidente da República pelo Partido Militar Brasileiro (PMB). A informação é do idealizador do partido, o capitão Augusto Rosa: “A postura do ministro diante de grandes escândalos, como no caso do mensalão, comprova a intolerância de Barbosa quanto à corrupção. Essa postura vem ao encontro aos ideais do PMB, que está em busca de candidatos que possam resgatar a moralidade na política nacional”.

### Quase lá

O PMB ainda não tem registro no Tribunal Superior Eleitoral. Já publicou seu estatuto no [Diário Oficial da União](#), já tem CNPJ e, segundo as próprias contas, tem mais de 300 mil assinaturas ao redor do país. Pela regra do TSE, o partido precisa de 485 mil nomes e abrangência nacional. Para lançar candidatos às eleições presidenciais de 2014, o PMB precisa entregar a composição de sua chapa ao TSE até setembro. A legenda se define como de centro-direita

### Falta combinar

Joaquim Barbosa ainda não foi comunicado de sua pré-candidatura. O convite, segundo o partido, deve ser feito nas próximas semanas em reunião a ser marcada com o ministro. Mas o PMB não foi o primeiro a ter a ideia. Está no ar, desde outubro de 2012, o site [joaquimbarbosapresidente.com.br](http://joaquimbarbosapresidente.com.br), com informações e homenagens ao presidente do STF.

### Convite ao cartel

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) condenou 18 padarias e 19 pessoas por formação de cartel na cidade de Sobradinho, no Distrito Federal. O [processo](#) corria desde 2001 e foi aberto pela extinta Secretaria de Defesa Econômica (SDE), hoje incorporada ao Cade. O cartel foi descoberto depois que um convite para uma reunião de fixação de preços foi achado pela Polícia Civil. Cartazes também foram encontrados e apreendidos. As multas somam R\$ 650 mil.

### Penhora elevada

A OAB do Rio de Janeiro está negociando a quitação de uma dívida trabalhista de R\$ 300 mil para não ter de leiloar alguns de seus elevadores e aparelhos de ar condicionado. Como não poderia fazer a penhora diretamente em conta corrente, o TRT da 1ª Região determinou a penhora de dois elevadores e cinco aparelhos de ar condicionado. A OAB informou que está negociando a melhor forma possível de “não causar ônus às instalações de sua sede”.

### Rede de colaboração

Desde quinta-feira (23/5), o TJ de São Paulo tem sua própria rede social colaborativa, a WikiTJ. É uma plataforma de troca de informações e documentos desenvolvida especialmente para os funcionários do tribunal. Por meio dela, compartilham modelos de certidões, dicas de informática ou de boas práticas de atendimento ao público, por exemplo. A ideia é que todos os funcionários de todo o estado se ajudem a fazer melhor os seus trabalhos. A ideia foi do desembargador Antonio de Castro Figliolia, presidente da



---

Comissão Especial de Padronização dos Procedimentos Cartorários do TJ.

### **Sem foto**

O Ministério Público da Bahia vai investigar a criação de um perfil falso do juiz Baltazar Miranda Saraiva no Facebook. Na falsa página não havia fotos de Saraiva, apenas o escudo do Esporte Clube Bahia e declarações ofensivas a diversas autoridades baianas. O perfil não está mais no ar, mas o juiz pediu para que fossem apuradas responsabilidades.

### **Temos vagas**

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina está com uma vaga do quinto constitucional da advocacia aberta. A cadeira está vazia desde a aposentadoria do desembargador Luiz Carlos Freyesleben, em janeiro. Os interessados devem enviar seus nomes à seccional catarinense da OAB, que escolherá seis deles para compor uma lista a ser encaminhada ao TJ. O TJ define três nomes e os envia para o governador do estado.

### **Pelos honorários**

A americana Ashley Ellis morreu, aos 23 anos, em uma prisão de Vermont, onde estava detida por 30 dias, porque os carcereiros não lhe deram os medicamentos para anorexia. A família processou o departamento de correções e seus empregados. O processo chegou à Suprema Corte de Vermont. Mas não por causa do caso concreto: o estado de Vermont e a empresa encarregada de fornecer os medicamentos discutem quem deve pagar pela defesa do departamento de correções. Caberá à Suprema Corte decidir.

### **Contas a pagar**

Acontecem esta semana 191 audiências de conciliação entre o estado de Mato Grosso e credores de precatórios. Ao todo, a audiência discutirá dívidas que giram em torno de R\$ 15 milhões, incluindo as dívidas de URVs de servidores públicos.

### **Valorizar o papel**

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais e a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) lançam no dia 6 de junho a Frente Parlamentar para o Aperfeiçoamento da Justiça. O objetivo é organizar os diversos projetos relacionados a Justiça que tramitam na Casa. Também pretendem “valorizar o papel dos magistrados frente à sociedade”.

### **Novos nomes**

Os juízes paulistas Marcelo Martins Berthe, Henrique Harris Júnior e Dimas Rubens Fonseca tomaram posse como desembargadores do TJ de São Paulo na sexta-feira (24/5). Magistrados experientes, todos já passam dos 20 anos de carreira. Berthe já foi juiz auxiliar da presidência do TJ e da presidência do CNJ. O último nas gestões dos ministros Gilmar Mendes e Cezar Peluso.

### **Novas vagas**

O mesmo TJ-SP está com quatro vagas de desembargador abertas. São duas por antiguidade e duas por merecimento. Os quatro mais antigos da lista são os juízes João Batista Silvério da Silva, Ivo de Almeida, Edgard Silva Rosa, Camilo Léllis dos Santos Almeida.

### **Fim da sindicância**



---

Depois de sindicância, o TJ da Bahia vai abrir processo administrativo para apurar as informações sobre o trabalho de duas servidoras do tribunal. Uma delas é irmã de uma desembargadora e trabalha no gabinete de outro membro da corte, mas mora em São Paulo. A outra é irmã do desembargador e trabalha no gabinete da desembargadora.

**Nome das partes**

O Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais informou na sexta-feira (24/5) que adequou seus sistemas e já cumpre a Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça. É a regra que manda os tribunais a organizarem suas buscas processuais não só pelo número dos processos, mas pelos nomes das partes e OAB dos advogados. [Reportagem](#) da **ConJur** mostrou que o tribunal era dos únicos que não estavam de acordo com a norma do CNJ.

**Date Created**

27/05/2013